

A ESCOLA EM DIÁLOGO: SEXUALIDADE DE GÊNERO COMO PRÁTICA DA LIBERDADE

THE SCHOOL IN DIALOGUE: GENDER SEXUALITY AS A PRACTICE OF FREEDOM

Diego Tarcísio Matos de Sousa e Souza ¹

Venildo Barbosa de Sousa Santana ²

Elizangela Inocêncio Mattos ³

Resumo: A pesquisa intitulada gênero e sexualidade como prática da liberdade, contribui na prática docente para a desmistificação das diferenças e preconceito como diálogo no cotidiano escolar. Realiza-se um breve percurso na história, destacando-se as definições para o termo de sexualidade de gênero entre professor/aluno e educação básica, como essas práticas pedagógicas são adotadas no ambiente escolar? Para isto, tomamos como referência bibliográfica os autores; Hooks (2013); Louro (2014) e Foucault (1999), estudiosos que debatem as relações de gênero e as contribuições da prática docente para desmistificar preconceitos em relação ao sexo (sexismo) em sala de aula. Dessa forma, uma breve explanação sobre o tema, destacando-se as diferenças entre os termos gênero e sexualidade, as definições trazidas por pesquisadores sobre gênero e sexo, identidade de gênero e estereótipo, bem como sobre as regras de comportamento decorrentes dos valores humanos. Portanto, a escola deve possibilitar o desenvolvimento do pensamento crítico a partir da compreensão sobre as diferenças corporais e sexuais que culturalmente se criam na sociedade, papel fundamental para revelar distinções e um importante instrumento na construção de valores, que permitam um olhar crítico e reflexivo sobre as identidades de gênero.

Palavras chaves: Educação básica. Gênero e sexualidade. Prática e liberdade.

Abstract: The research entitled gender and sexuality as a practice of freedom, contributes in teaching practice to the demystification of differences and prejudice as a dialogue in everyday school life. A brief journey through history is carried out, highlighting the definitions for the term of gender sexuality between teacher/student and basic education, how are these pedagogical practices adopted in the school environment? For this, we take the authors as a bibliographic reference; Hooks (2013); Louro (2014) and Foucault (1999), scholars who debate gender relations and the contributions of teaching practice to demystify prejudices about sex (sexism) in the classroom. Thus, a brief explanation on the topic, highlighting the differences between the terms gender and sexuality, the definitions brought by researchers on gender and sex, gender identity and stereotype, as well as on the rules of behavior arising from human values. Therefore, the school must enable the development of critical thinking based on the understanding of the bodily and sexual differences that are culturally created in society, a fundamental role in revealing distinctions and an important instrument in the construction of values that allow a critical and reflective look at gender identities.

Keywords: Basic education. Gender and sexuality. Practice and freedom.

1 - Mestre em Educação – UFT. Professor de Pedagogia na Educação Infantil no Município de Ipixuna do Pará-PA.

2 - Mestrando pela Universidad de la Empresa. Advogado/Secretário Geral da Comissão de Investigação Defensiva OAB/DF, Brasília-DF.

3 - Doutora em Filosofia pela UFSCAR. Docente do curso de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Tocantins/UFT.

Introdução

A escola em sua função social, caracteriza-se um espaço de conhecimento e democracia, que deve oportunizar a discussão das questões sociais, culturais e promover o desenvolvimento do pensamento crítico, assim ampliando o conhecimento sobre o mundo e sobre si mesmo (Charlot, 2000).

Essa democracia fica evidenciada na própria Constituição Federal de (1988) em seu (art. 3) que define, entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, a promoção “do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Já no (art. 5) traz a afirmação de que “todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza”, afirmando expressamente a igualdade entre os homens e as mulheres como preceito constitucional.

A escola como espaço de socialização da busca pelo conhecimento das crianças, jovens e adultos, deve ter como objetivo a concretização dos ideais democráticos e dos direitos básicos de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, é necessário debater a diversidade sexual e de gênero no cotidiano escolar, abordando o desenvolvimento da aprendizagem (Reichmann, 1995, p. 504).

Por isso, é necessário que os professores tragam informações e contextualizem essa prática pedagógica, abrindo espaço de debate para que os alunos possam aprimorar seus conhecimentos através desses conteúdos como menciona a própria Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2018). Nos anos finais do ensino fundamental, são abordados também temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, debates e reflexões de grande interesse e relevância social, nessa faixa etária do processo educativo (Bncc, 2018 p. 329). Essa educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender (Bell Hooks, 2013).

Esse processo de aprendizado (Bell Hooks, 2013), é mais fácil para aqueles professores que também creem que sua vocação com o sagrado; creem que educar não é simplesmente partilhar informação, mas sim partilhar conhecimento intelectual e espiritual.

Portanto a escola tem um papel fundamental na desmistificação destas diferenças, além de ser um importante instrumento na construção de valores e atitudes, que permitam um olhar mais crítico e reflexivo sobre a identidade de gênero, ao invés de ser um lugar de práticas de desigualdades e de produção de preconceitos e discriminações como destaca Louro (1997, p. 57). Evidenciado na prática da liberdade (Bell Hooks, 2013), que permite que os alunos assumam a responsabilidade por suas escolhas nesse processo de conhecimento com o mundo.

Justificativa

Verificar como é a relação de gênero e sexualidade como tema abrangente e corriqueiro como debates no cotidiano escolar, na vida dos jovens nesse espaço da busca pelo conhecimento, assim podendo ele capaz de lidar com as dúvidas e informações trazidas pelos educadores que fomentam esse diálogo da prática da liberdade.

Embora saibamos que a temática é algo forte ainda, nos meios de comunicação de massa; rádio, televisão e internet, e no cotidiano, as informações veiculadas por vezes são enganosas, deturpando o real sentido e significado por trás da palavra como sexualidade, questões como a diferença e a transgressão¹.

Essa reflexão é valiosa para evitar tratar a emergência de sex shops como mero reflexo

1 Um estudo pioneiro no Brasil a articular modalidades de erotismo e suas expressões transgressivas no âmbito do mercado foi o de Nestor Perlongher sobre a prostituição viril. O Negócio do Michê (1987) apresenta uma etnografia brilhante sobre um universo das transações sexuais. Adriana Piscitelli, Julio Assis Simões e eu desenvolvemos pesquisas nessa direção desde o início dos anos 2000, a partir do projeto temático Fapesp, coordenado por Mariza Corrêa, intitulado Gênero e Corporalidades (em vigor entre 2005 e 2009). Além dos resultados já acumulados por tais investigações, importante mencionar as contribuições importantes de Isadora França (2006), Regina Facchini (2008), Maria Elvira Díaz-Benitez (2010), Camilo Brás (2008; 2010), Jorge Leite Jr. (2009).

de configuração nas relações sociais. Por um lado, implica na ligação entre a libertinagem, autoestima, a ginástica e o prazer, perdendo assim o sentido secreto anterior; por outro, atribui rótulos aos praticantes com base sobre gênero e hábitos sexuais. Portanto cabe ao professor como sujeito detentor do conhecimento pedagógico, propagar informações verídicas sobre determinados assuntos a temática como parte curricular de seus conteúdos, assim introduzindo os envolvidos (alunos) nesses debates e diálogos como prática da liberdade no cotidiano escolar.

Apesar do quão complexo pode ser para o profissional abordar tais assuntos entre jovens, sem a presença dos parentes e considerarmos o ambiente familiar como o primeiro local onde a sexualidade deva ser abordada, cada família tem seus valores e suas crenças que marcam as crianças e adolescentes. Para Morin:

“(...) o imprinting cultural marca os humanos desde o nascimento, primeiro com o selo da cultura familiar, da escolar em seguida, depois prossegue na universidade ou na vida profissional. Assim, a seleção sociológica e cultural das ideias raramente obedece à sua verdade; pode, ao contrário, ser implacável na busca da verdade.” (Morin, 2000 p. 28).

Trazendo aproximações de entendimento e saberes a serem adotadas, mas, aparentemente, existe um consenso entre os estudiosos, pois consideram que a sexualidade como um todo, propõe, mas do que anatomia corporal, entre elas estão envolvidos fantasias, valores, linguagens, rituais, comportamentos, representações mobilizadas ou postas em ação para expressar seus desejos e prazeres nesse contexto de gênero e sexualidade.

Portanto tendo alternativas de orientar e desenvolver a sexualidade e gênero sustentando o que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Brasil, 1996), justamente com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (Brasil, 1998) com seus temas transversais, assim ampliando o conhecimento com todos os envolvidos no espaço escolar.

No caso dos PCN's, a sexualidade é concebida como um componente natural, algo necessário e fonte de prazer na vida; uma necessidade básica; uma potencialidade erótica do corpo; além de ser impulso de desejo vivido no corpo (Brasil, 1998).

A escola como espaço educacional reproduz esse modelo definido pela sociedade e isto inibe alguns jovens de aflorar desejos e sentimentos, acarreta restrição a possibilidade de manifestar sua sexualidade, seja ela de acordo ou em desacordo com os preceitos morais. Logo, estes jovens encaram conversar e dialogar sobre sexualidade como algo que deva ser evitado.

Metodologia

A pesquisa investiga o diálogo sobre a relação de gênero na prática educativa, no espaço escolar. Para tanto, trata-se de uma pesquisa qualitativa, intermediada por pesquisa do tipo bibliográfica, Estado da Arte ou Estado do Conhecimento. “Definidas como caráter bibliográfico, trazendo diferentes campos do conhecimento, tentando responder esse diálogo por vários aspectos e dimensões” (Ferreira, 2002, p. 257).

Ainda estudos como Romanowski e Ens, sobre pesquisas em Estado da Arte e Educação ressalta-se que “esses trabalhos não se restringem a identificar a produção, mas analisá-la, categorizá-la e revelar os múltiplos enfoques e perspectivas” (Romanowski; Ens. 2006, p. 39).

Ainda em se tratando desta metodologia sobre o estado da arte, Romanowski e Ens descrevem que:

Estados da arte podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois, procura identificar os aportes significativos de construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a

pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontam alternativas de solução para problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada (Romanowsk; Ens. 2006, p. 39).

Dessa forma, a pesquisa está estruturada em três momentos distintos, como forma de trazer esse diálogo para o espaço escolar, algo que fique, mas presente nessa prática da liberdade. Como início apresentamos a história e definições: gênero e sexualidade, trazendo essas aproximações desde o século XIX por propor a igualdade nas relações entre os gêneros; mulheres e homens, com as mudanças de valores, atitude e comportamentos humanos na sociedade contemporânea.

Em seguida analisamos as leituras da pedagogia cultural e teoria feminista com a teoria queer, através do currículo como política cultural, com as culturas tradições com o “currículo” e a “pedagogia” de forma epistemológica aos grupos subordinados ao espaço escolar.

Por fim, trouxemos as aproximações e reflexões com práticas pedagógicas de gênero, sexualidade junto aos PCNs, como forma de debates curriculares, assim garantindo as condições socioeconômicas dos desfavoráveis, tornando uma sociedade justa e “inclusiva”, como acesso de todos como ressalta nossa Constituição Federal de 1988.

Por fim, a pesquisa traz reflexões como fonte de conhecimento e saberes a partir da disciplina de Currículo e Diversidade, ofertada no Programa de Pós-Graduação em Educação – UFT, a saber: Hooks Bell (2013), Foucault Michael (1997), Louro Guacira (1997) como sustentação ao conhecimento e como reflexões de diálogo e liberdade na prática escolar, com supervisão da ilustre docente do programa de pós graduação Prof^a. Dr. Elizângela Inocência Mattos.

História e definições: gênero e sexualidade

A relação de gênero refere-se à relação de poder social entre homens e mulheres, em que cada pessoa tem um papel social determinado pelas diferenças de gênero. Esse tipo de relação desigual imposta pela sociedade antes mesmo das crianças irem para a escola é comum nos ambientes escolares, o que só reforça o preconceito e os privilégios de um gênero contra o outro, e ajuda a constituir a identidade de gênero de meninas e meninos. Portanto podemos utilizar a disciplina como instrumento pedagógica para orientar o comportamento social do indivíduo, na questão de valores e cultura de acordo com seu gênero (Foucault, 1997).

O conceito de gênero que pretendemos enfatizar está diretamente relacionado com a história dos movimentos feministas (Carneiro, 2005) contemporâneos, um movimento social organizado que costuma remontar ao século XIX e que propõe a igualdade nas relações entre mulheres e homens através da mudança de valores, atitude e comportamentos humanos.

Embora o movimento feminista se evidenciado desde o século XIX, sua primeira voz surgiu ainda no século XIV, quando “Christine Pisan”, primeira mulher nomeada como poeta oficial da corte, mostrou seu discurso em defesa consciente dos direitos das mulheres. Seguindo esta linha de raciocínio, a educação era vista como uma forma de alcançar a igualdade, nesse período entre o XIX e o XX, as feministas se basearam na filosofia, para exigem forma de educação igualitária, assim voltadas para a igualdade de gênero. Guacira Louro (1999) ressalta que a “primeira onda” do feminismo começa no século XIX com as “manifestações contra a discriminação feminina”.

Essa luta de dignidade humana de valores moralísticos e éticos, reservando a todo e qualquer ser humano o direito ao pensamento crítico, evidenciado na fala de (Lopez, 2009) sobre a atuação da liberdade, como ato político e social na sociedade. Essa ferramenta mostra uma construção de conhecimento com a dignidade humana, mas também ao bem-estar, como valores políticos, econômicos, ambientais, reprodutivos até mesmo religiosos (Lopez, 2009). Fazendo o indivíduo se torna distinto através da sua autonomia a sociedade, perante seu estilo de vida.

Ainda segundo Lopez (2009), a transcrição atual de dignidade humana resulta de um processo secular, e mesmo fazendo parte do cristianismo, não pode abstrair as demais etnias existentes. Portanto essa relação de convivência humana, tornar mais harmoniosas entre os mesmos; raças e gêneros, assim formando uma relação pacíficas entre todos.

A dignidade humana constitui a “base” do Estado constitucional como *tipo*, expressando as suas premissas antropológico-culturais. Os Poderes Constituintes, “de mãos dadas” com a jurisprudência e a ciência, e mediante uma atuação também criativa, desenvolveram e construíram estes fundamentos. Acompanhar e seguir as fases do crescimento cultural e, com isso, também as dimensões da dignidade humana em permanente processo de evolução, é tarefa de todos: do Poder Constituinte até o cidadão, resultando no direito do cidadão à democracia. (Häberle, 2009, p. 101)

Para Dias (2000), “integrando o estado democrático, os direitos do homem não devem permitir discriminações por parte de atributos específicos de cada ser”. Nesse tempo houve intensas discussões na mídia em geral (Dinis, 2008) assunto de grande relevância para a integração da liberdade das diferenças na sociedade, uma vez que os jovens serão instruídos, com finalidade de cultivar o convívio social de forma mais justa e humana.

Pedagogia cultural e teoria feminista com a teoria queer

Pedagogia como cultura, e a cultura como pedagogia, é um dos pontos destacado pelo autor (Silva, 1999) para explicar uma das consequências da virada culturalista na teorização curricular, na qual é notável uma redução das fronteiras entre conhecimento acadêmico/escolar e conhecimento cotidiano/cultura de massa.

O currículo como política cultural, busca construir e refletir mais tradições culturais e epistemológicas dos grupos subordinados. O “currículo” e a “pedagogia” como formas culturais extra-escolares possuem imensos recursos econômicos e tecnológicos, como exigência de seus objetivos quase sempre mercadológicos. Investe-se assim de formas sedutoras irresistíveis, inacessíveis à escola.

“É precisamente a força desse investimento das pedagogias culturais no afeto e na emoção que tornam seu ‘currículo’ tão fascinante à teoria crítica do currículo” (Silva, 1999 p. 140).

A busca pela formação integral do indivíduo proporciona ao ser humano uma articulação crítica de informações que possibilita a fundamentação de um novo saber e favoreça a emancipação do homem e/ou da mulher; além da necessidade de se promover uma sociedade dita “inclusiva”, propiciou o surgimento de propostas de reformulação do sistema educacional, a fim de adequá-lo às demandas escolares.

Dentre elas, citamos os PCN’s, constituindo-se num conjunto de documentos que apresentam as propostas de uma nova estruturação curricular para a educação, os quais contemplam o ensino de temas sociais presentes na vida cotidiana, enfocando as questões da cidadania, como por exemplo, a sexualidade. Percebemos, então, que segundo os PCN’s (Brasil, 1988) são constituídos por um conjunto de propostas educativas, que visam “[...] apontar as metas de qualidade que ajudem o aluno a enfrentar o mundo atual como cidadão participativo, reflexivo e autônomo, conhecedor de seus direitos e deveres”.

Uma outra tendência inserida nessa discussão é a teoria “queer”, que “radicaliza o questionamento da estabilidade da fixidez da identidade feito pela teoria feminista recente” (Silva, 1999 p. 105). Essa teoria questiona o predomínio da heterossexualidade como a identidade considerada normal, discutindo a forma como os processos discursivos de significação tentam fixar determinada identidade sexual.

Segundo esse pensamento, “nós somos o que nossa suposta identidade define que

somos” Silva (1999). Isto é,

o que se torna, assim, uma atitude epistemológica que não se restringe à identidade e ao conhecimento sexuais, mas que se estende para o conhecimento de identidade. A epistemologia que é, nesse sentido, perversa, subversiva, impertinente, profana desrespeitosa. (Silva, 1999 p. 107).

O conceito de gênero, embora apresente variações, tem em comum o foco na necessidade de as mulheres serem consideradas como sujeitos históricos e ativos, em contraposição ao predomínio da concepção do homem como um ser humano universal (Scott, 1995).

A sexualidade, de igual modo configura-se numa área simbólica e de política social, uma disputa de diferentes grupos lutando para alterar modelos e ideologias.

Os estudos de Foucault (2012) criticam essa tendência, ressaltando que a sexualidade não pode ser vista como um dado da natureza. O autor rejeita a hipótese repressiva da sexualidade – centrada na crença do controle social de uma energia natural incontável –, argumentando que a perspectiva essencialista ignora que a sexualidade é desenvolvida como parte de uma rede complexa de regulação social.

Foucault denomina esse aparato de biopoder, uma força positiva preocupada com a administração e o cultivo da vida que não se expressa com base na proibição, mas sim na administração do que deve ser feito (Weeks, 2010).

Já a pedagogia feminista introduz novas questões no tocante às formas de reprodução e produção de desigualdades sociais através da questão de gênero, ampliando o processo de reprodução cultural para além da dinâmica de classe, já bastante reconhecida pelas teorias críticas, que em relação às teorias feministas ignoram outras dimensões da desigualdade (como a de gênero).

No tópico seguinte Silva aborda o currículo como narrativa étnica e racial, reafirmando uma superação e ampliação do pensamento curricular crítico que aponta a dinâmica de classe como única no processo de reprodução das desigualdades sociais. O autor alerta para questões como etnia, raça e gênero, configurando um novo repertório educacional significativo. Insistindo nesse processo, afirma que tais questões apenas recentemente estão sendo problematizadas dentro do currículo, a partir de análises pós-estruturalistas e dos estudos culturais: “é através do vínculo entre conhecimento, identidade e poder que os temas da raça e da etnia ganham seu lugar no território curricular” (Silva, p. 101).

Reafirmando que o currículo “é uma questão de saber, poder e identidade” (Silva, p. 148), fazendo ainda uma relação entre as teorias críticas e pós-críticas do currículo: as teorias pós-críticas podem nos ter ensinado que o poder está em toda parte e que é multiforme. As teorias críticas não nos deixam esquecer, entretanto, que algumas formas de poder são visivelmente mais perigosas e ameaçadoras do que outras (Silva, p. 147).

Gênero, sexualidade e PCNs

Muitos dos debates presentes na contemporaneidade estão relacionados ao gênero, com isso, podemos situar que foi no fim do século XIX que se tornou possível colocar em evidência uma discussão sobre gênero como forma de resistência a uma cultura e política de dominação do masculino ao feminino. Nesse período houve lutas feministas, como pauta de estender o direito ao voto das mulheres e sua presença na sociedade, chamado esse movimento de sufragismo. “O sufragismo passou a ser reconhecido, posteriormente, como primeira onda, do feminismo” (Louro, 1997, p. 15).

Grandes lutas em vários países, numa “contracultura”, jovens, intelectuais, mulheres e negros lutando pelo ato político social. Assim a mulher passava a ganhar, mas visibilidade no espaço da sociedade, aprofundam-se aos estudos e o conhecimento sobre o feminino e seus direitos, histórias de grande importância nesse período do século.

Esse conceito ganha força nas relações entre papéis sociais e papéis sexuais, bem como as tensões que estabelece essas práticas com o ato político na sociedade. A seguir;

Papéis seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar. Através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas (Louro, 1997, p. 24).

Porém essa concepção mostra redutora e simplista, podendo assumir a masculinidade e a feminilidade (Louro, 1997) esse olhar percebe que a sexualidade abre cada vez mais espaço para produção ligada o sexo masculino e feminino, cabendo como definição ao binarismo de gênero.

A sexualidade é um conjunto de processos sociais que produzem e organizam a expressão do desejo e o gozo dos prazeres corporais, orientados a sujeitos do sexo oposto, do mesmo sexo, de ambos os sexos, ou a si mesmo. Isso fica evidenciado no conceito cultural que diz respeito à forma como cada vivência e significa o sexo, indo além do determinismo naturalista como defende Foucault (1997, p. 100).

[...] não se deve conceber [a sexualidade] como uma espécie de dado da natureza que o poder é tentado a pôr em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco, desvelar. A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não a uma realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação do conhecimento, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder.

Portanto o sexo, pode ser entendido como “[...] marca biológica, a caracterização genital e natural do sujeito, constituída a partir da aquisição evolutiva da espécie humana como animal [...]” (Nunes; Silva, 2000, p. 74).

Nesse sentido, o sexo genético, ou seja, os cromossomos masculinos (XY) e os cromossomos femininos (XX), portadores de hormônios e genitais. Isso determina a palavra sexo, pois papéis de gênero derivados de valores culturais também caracterizam e moldam cada gênero (Meira, 2002). Desse ponto de vista que as relações de gênero se baseiam em classificações inseridas na ordem social, de forma que não só a condição da mulher pode ser relacionada de forma subordinada, mas também a relação entre relevância e poder.

A divisão entre os sexos parece estar na ordem das coisas (...) ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado (...) em todo o mundo social, e em estado incorporado, nos corpos e nos hábitos dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (Bourdieu apud Anjos, 2000 p. 275).

Trazendo essa aproximação para o cotidiano escolar junto aos Parâmetros Curriculares Nacionais PCNs (Brasil, 1998), a sexualidade é concebida como um componente natural, algo necessário e fonte de prazer na vida; uma necessidade básica; uma potencialidade erótica do corpo; além de ser impulso de desejo vivido no corpo. Isso fica evidenciado nos PCNs através dos objetivos, conteúdos e forma de encaminhamento as atividades, proposta de ensino e aprendizagem e avaliação.

Dessa forma, os parâmetros auxiliam os professores sobre sua prática pedagógica, fazendo essa aproximação junto com os objetivos curriculares e garantindo as condições socioeconômicas desfavoráveis, usufruindo um conjunto de conhecimentos reconhecidos como necessários para o exercício da cidadania, promovendo uma sociedade dita “inclusiva”,

com acesso de todos conforme a CF/88.

Nesse sentido, os PCNs realçam as relações de gênero, reconhecendo-as como referências fundamentais para a constituição da identidade de criança e jovens.

Contudo, os fundamentos e princípios da Constituição Federal de 1988, os PCN trazem maior inovação a inclusão de temas que visam a resgatar a dignidade da pessoa humana, a igualdade de direitos, a participação ativa na sociedade e a corresponsabilidade pela vida social. (Vianna, 2004, p. 96).

Englobando as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crença, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista, contribuindo para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro. Dessa forma, o objetivo é conscientizar sobre os temas relacionados à sexualidade, contempla a relação com o corpo, os gêneros, a identidade sexual e as doenças sexualmente transmissíveis (DTS), o tema da sexualidade é importante de ser discutido nas escolas a fim de quebrar com preconceitos e estereótipos que causam violências.

Considerações Finais

A escola e os profissionais que compõem a rede de ensino, tem fundamental importância no complemento da educação de crianças e adolescentes, sendo, portanto, vetor de grande transformação das futuras gerações.

Desta forma, é primordial que desde cedo, as escolas invistam na capacitação dos educadores para trabalhar com temas como sexualidade, gênero e suas vertentes nas salas de aula.

Por meio da pesquisa realizada foi possível notar que alguns espaços de aprendizagem mantêm certa neutralidade, com relação àqueles temas, embora saibamos que as escolas devam ser lugares de produção, reprodução e transformação de futuros cidadãos.

Segundo Louro (1998) a escola tem se preocupado ao longo da história em “disciplinar e normalizar os indivíduos”, sendo, portanto, um dos principais meios de regulação e formação de identidades.

Devemos compreender que a criança e o adolescente quando ingressam no ensino fundamental, por sua idade escolar, já tem ideias prévias sobre o significado de gênero e sexualidade, noções que provavelmente foram passadas pelo meio externo composto pela família, mídia e pela própria experiência social e cultural que o jovem tenha passado.

Torna-se fundamental, então, compreender a sexualidade levando em consideração não somente fatores relacionados ao fenótipo e ao meio externo, mas uma visão ampla sobre a forma como um indivíduo se define, por sua orientação sexual. O que na visão deste mesmo indivíduo é o considerado normal e para o pedagogo o desafio de como definir um aluno, ou seja, como utilizar o termo adequado para falar sobre o tema, sem ferir a dignidade de alguém ou agir de forma preconceituosa com a comunidade LGBTQI+.

Em suma, a escola pode contribuir muito para que aconteça uma mudança na concepção de gênero, possibilitando a construção de novas relações entre homens e mulheres pautados em princípios de igualdade e justiça, culminando assim no desenvolvimento de uma cultura democrática e participativa.

Referências

ANDRADE, Sandra dos Santos. **Mídia, corpo e educação: a ditadura do corpo perfeito**. In: Meyer, Dagmar Estermann & Soares Rosângela de Fátima Rodrigues(org.). Corpo, gênero e

sexualidade. Porto Alegre: Mediação, 2004.

ANJOS, Gabrielle dos. **Sociologias, Identidade sexual e identidade de gênero**: subversões e permanências. Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.274-305.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos. Apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 09 set. 2021.

CARNEIRO. Sueli. As viúvas de Gilberto Freyre. Jornal Correio Braziliense, coluna Opinião. Brasília, 14 Mar. 2005.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

DIAS, Maria Berenice. *União homossexual*. Livraria do Advogado Editora, 2000.

DIAZ-BENÍTEZ, Maria Elvira. Nas Redes do Sexo: Bastidores e Cenários do Pornô Brasileiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2010.

DINIS, Nilson Fernandes. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. **Educação & Sociedade, Campinas**, v. 29, n. 103, p. 477-492, 2008.

FERREIRA, N. S de A. **As pesquisas denominadas “estado da arte”**. Revista Sociedade & Educação, ano XXIII, n 79, agosto de 2002.

FOUCAULT, M. (1988). História da sexualidade 1: A vontade de saber. 22ª impressão. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade 1**: a vontade de saber. 12. ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

HÄBERLE, Peter. A dignidade humana como fundamento da comunidade estatal. In: Dimensões da dignidade humana – ensaios de filosofia do direito e direito constitucional. Trad. Ingo Wolfgang Sarlet *et al.* 2 ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009. p. 45-104.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade/ Bell Hooks; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

LOPEZ LOPEZ, Édgar Antonio. Dignidad humana, diversidad cultural y calidad de vida. **rev. latinoam. bioet.** Bogotá, v.9, n.1, jun., 2009. Disponível em <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S165747022009000100003&lnpt&nrm=iso> Acesso em 10 de janeiro de 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade, educação**: uma perspectiva pós-estruturalista.

3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MORIN, Edgar. *Os sete Saberes Necessários à Educação do Futuro* 2a. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

NUNES, César; SILVA, Edna. **A educação sexual da criança: polêmicas do nosso tempo.** Campinas, SP: Autores associados, 2000.

PERLONGHER, Nestor. O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo. São Paulo, Brasiliense, 1987.

REICHMANN, Rebecca. Mulher negra brasileira: um retrato. In: Revista Estudos Feministas, vol.3 nº 2, 1995.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. **As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação.** Revista Diálogo Educacional, Curitiba, PUC/PR, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 156 p.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n.2, p. 71-99, jul-dez, 1995.

VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. **Cad. Pesqui.**, Paulo, 2004.

WEEKS, J. **O corpo e a sexualidade.** In: LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 35-82.

Recebido em 27 de maio de 2025.
Aceito em 16 de agosto de 2025.